

HABITAÇÃO

Meta agora

139 será a

casa rural

Duas são as missões principais da política de habitação do governo: 1 — erradicação da subhabitação e a implantação, no interior do País, de um Programa de Habitação para o meio rural, com a proposta de melhorar a qualidade de vida dessas populações, a distribuição de renda entre os indivíduos e reduzir as migrações internas.

A questão da moradia continua sendo, segundo reconhecem as próprias autoridades federais, um grande desafio para o poder público, principalmente porque em muitas oportunidades as soluções receitadas acabam gerando uma nova gama de problemas sociais imprevistos.

Documento preparado pela Secretaria de Planejamento do Minter registra: «Com uma população em torno de 119 milhões de habitantes, crescendo a uma taxa anual de 2,5 %, a carência habitacional eleva-se no Brasil a pelo menos 600 mil unidades/ano, sendo 500 mil nas áreas urbanas, compreendendo as regiões metropolitanas e as cidades de pequeno e médio portes, localizadas no interior do País».

Os mesmos levantamentos indicam que 50 % das famílias nas cidades encontram dificuldades para morar e, desse total, 70 % vivem em acomodações cedidas, em habitações coletivas e em outras situações precárias.

Quanto às áreas faveladas, os barracos chamados de palaftas são aqueles que demandam ações mais urgentes no sentido de sua erradicação, pois, construídos impedem qualquer tentativa para implantação de infraestrutura, como saneamento, que contribuem para agravar as doenças e a poluição.

O saneamento e a regeneração dessas áreas permitirão encaminhar soluções adequadas para o problema dessas submoradias, mantendo os favelados no local de origem em novas condições que promovam as comunidades assistidas. E dessa forma viabilizarão o atendimento de inúmeras pessoas, com baixa renda, inscritas no Sistema Financeiro da Habitação, além de ajudar a resolver questões urbanas como transportes e lazer.

Um dos principais ingredientes do Plano Nacional de Habitação é a disponibilidade de um instrumento financeiro que, a nível nacional, permita elevar a oferta de casa própria em escala a todo o País. Com esse objetivo é que o Minter vem dando apoio aos Municípios, para que o maior número deles possa participar do SFH, seja pela redução das taxas de juros das linhas de financiamento — como enfatiza documento com as prioridades para o setor — do Banco Nacional da Habitação para aqueles localizados nas regiões mais pobres, seja pelo fortalecimento das administrações responsáveis pela execução do Programa Habitacional dos respectivos Estados.

O BNH produziu em 1980, 500 mil moradias em todo o País, número que poderá ser elevado para 550 mil este ano até chegar a 1 milhão, progressivamente, em 1985.

No âmbito desse esforço, ressalta-se como novo instrumento de desconcentração urbana a implantação do Plano da Casa Rural, além de inúmeros outros programas na mesma linha: Programa de Erradicação das Submoradias nas Favelas do País (Promorar); Programa Habitacional de Empresa (Prohemp); Programa Nacional de Habitação para o Trabalhador Sindicalizado de Baixa Renda (Prosindi); Programa Habitacional para os Servidores Públicos Civis da União (Prohasp), etc.

Com relação ao saneamento básico — de acordo com as estatísticas do Ministério do Interior —, os sistemas de abastecimento de água atualmente instalados ou em execução em mais de 2 mil Municípios atenderam no ano passado próximo de 70 % da população brasileira. Dos beneficiados, 46 % concentram-se no Nordeste e 67 % são comunidades com menos de 5 mil habitantes.

Esses dados indicam o sentido da interiorização alcançado pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Planasa), que se voltará nos próximos anos para o atendimento das cidades médias e de pequeno porte do interior.

Um programa de emergência
para o emprego